

LER PARA CRER: AS TENTATIVAS DE NORMATIZAÇÃO DA LEITURA NAS ESCOLAS DOMINICAIS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS (DÉCADA DE 1980)

READING IS BELIEVING: THE READING NORMATIZATION ATTEMPTS AT THE DOMINICALS SCHOOLS OF THE ASSEMBLY OF GOD CHURCH IN 1980'S

André Dionei Fonseca

<andredionei@yahoo.com.br>

Doutor em História Social Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

Prof. Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

<http://lattes.cnpq.br/5794497383094905>

RESUMO

Este artigo tem como proposta analisar as políticas editoriais colocadas em prática pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), na década de 1980, com o objetivo de normatizar os sentidos atribuídos às mensagens da revista *Lições Bíblicas*, impresso editado para atender ao público das Escolas Bíblicas Dominicais. Para tanto, selecionamos dois dos principais veículos de propagação das regras que deveriam nortear a leitura da referida revista: o *Manual da escola bíblica dominical* e o jornal *Mensageiro da Paz*. Buscaremos demonstrar que, por meio desses "protocolos de leitura", a editora oficial da igreja Assembleia de Deus (AD) tentava estabelecer um rígido controle sobre o ato de leitura nas Escolas Dominicais, justamente em um contexto histórico marcado por transformações políticas e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Assembleia de Deus; Imprensa; Escola Dominical; Protocolos de Leitura.

This article intends to analyze the editorial policies implemented by the Publishing House of the Assemblies of God ("Casa Publicadora das Assembleias de Deus", CPAD), in the 1980s, in order to standardize the meanings attributed to messages /of the journal *Lições Bíblicas*, edited to attend the students of the Sunday schools. For that, we selected two of the main vehicles for dissemination of the rules that should guide the reading of the above-mentioned magazine: The *Manual da escola bíblica dominical* (Manual of biblical Sunday school) and the Journal *Mensageiro da Paz* (Messenger of Peace). We pretend to demonstrate that, through these "reading protocols," the official publisher of the Assembly of God tried to establish a tight control over the act of reading at the Sunday Schools in a historical context marked by political and social changes.

KEY-WORDS: Assembly of God; Press; Sunday School; Reading Protocols

ABSTRACT



INTRODUÇÃO

Grande parte dos estudos acadêmicos atribui a organização da primeira escola dominical, em 1780, ao inglês Robert Raikes que era tipógrafo, editor, filantropo e membro da Igreja Episcopal. Os encontros dominicais tinham por objetivo melhorar as condições de vida das crianças, por isso, apesar da forte ênfase aos estudos bíblicos, havia também aulas sobre higiene,

moral e civismo. Em fins do século XVIII, as escolas dominicais já eram comuns nos Estados Unidos, sobretudo nas igrejas metodistas, onde se destacaram os nomes de Francis Asbury e Willian Elliott (ALDRICH & GORDON, 1989, p. 201. KURIAN & LAMPORT, 2015, p. 1233).

Durante o século XIX, a escola dominical se consolidou no meio protestante, sendo praticada na Europa e no norte do continente Americano em diferentes denominações de tradição reformada. A consolidação das escolas dominicais nos Estados Unidos e na Europa refletiu-se no processo de inserção, no Brasil, do chamado “protestantismo de missão”, visto que em muitos momentos, nos núcleos de missões protestantes, a implantação das escolas dominicais antecedia, até mesmo, a realização de cultos públicos (MENDONÇA & VELASQUES FILHO, 1990; COSTA, 2008; HAHN, 2008).

A prática da escola dominical no Brasil foi comum no século XIX entre metodistas, batistas, congregacionais, presbiterianos, luteranos e, até mesmo, na igreja Evangélica Brasileira, considerada a primeira instituição pentecostal do Brasil. A preocupação com uma literatura que a subsidiasse também remonta ao penúltimo entresséculo, pois a publicação, no ano de 1886, do jornal *Methodista Catholico* que viria a se chamar *Expositor Cristão*, tinha como principal objetivo reproduzir textos internacionais para a escola dominical (RIVERA, 2005; LÈONARD, 1988; STRECK, 1994).

Com a fundação no Brasil da igreja Assembleia de Deus¹ em 1911, por iniciativa dos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, a tradição dos estudos dominicais passou a fazer parte da organização do novo grupo religioso. Conforme a cronologia histórica apresentada no *Dicionário do movimento pentecostal* (ARAUJO, 2007. p. 79-103), a primeira reunião da escola dominical da AD ocorreu dois meses após a fundação dessa Igreja, na casa de José Batista Carvalho, na avenida São Jerônimo, em Belém – PA.

A escola dominical foi estrategicamente importante no direcionamento do olhar dos membros aos principais acontecimentos, na discussão das bases doutrinárias da Igreja e na manutenção da identidade assembleiana. Antônio Gilberto, notável líder da AD² e autor do

¹ Doravante (AD).

² O teólogo e pedagogo Antônio Gilberto da Silva, nascido em 07 de junho de 1929, na cidade de Várzeas, no estado do Rio Grande do Norte, foi criado no seio de uma família fortemente católica. Aos 14 anos converteu-se ao pentecostalismo numa pequena congregação da Assembleia de Deus de Jundiá – RN. Já convertido, ingressou na Marinha em 1948, sendo nesse mesmo ano transferido para a Capital Federal, onde passou a congregar na Assembleia de Deus da Penha. Em 1952, foi separado ao presbitério e passou, por incumbência de seu pastor, a se dedicar à reestruturação da Escola Dominical. Por ser um homem de sólida base educacional, não demoraram

Manual da escola bíblica dominical, reportou-se ao valor dado a esses encontros dominicais pela Igreja nos seguintes termos:

A Escola Dominical é a escola do ensino bíblico (...) ela não é parte da Igreja, é a própria Igreja ministrando ensino bíblico metódico. A Escola Dominical é um ministério para alcançar crianças, jovens, adultos, a família e a comunidade inteira (...) ela é a única escola de educação religiosa popular de que a Igreja dispõe. A Escola Dominical, funcionando devidamente, é o povo do Senhor, no dia do Senhor, estudando a Palavra do Senhor na casa do Senhor (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 108).

A socióloga Beatriz Muniz de Souza, pioneira no estudo do pentecostalismo no Brasil, foi uma das primeiras pesquisadoras a descrever o funcionamento das Escolas Dominicais na AD. A partir de seu trabalho de observação em diversas congregações assembleianas e de entrevistas com líderes e membros destas, Souza traçou o perfil das escolas dominicais praticadas nessa instituição durante a década de 1960. A importância dessas reuniões dominicais para a AD foi descrita por Muniz de Souza nas seguintes palavras:

A Escola Dominical é parte inerente à organização das Assembléias de Deus. O cuidado desse ramo pentecostal em continuar a obra de evangelização distribuindo ensinamentos religiosos que alcançam todos os níveis de idade, faz que, no entender dos líderes, os encontros dominicais se revistam de grande importância (SOUZA, 1969, p. 114).

Para a autora, a finalidade primordial das escolas dominicais era consolidar a formação de uma comunidade estável de modo que todos os membros (adultos e crianças), pelos ensinamentos recebidos, pudessem moldar seus comportamentos tanto na esfera religiosa como na vida cotidiana. Quando realizou suas observações, a autora viu muito do protestantismo no modelo de escola dominical praticado pela AD. Havia separação das classes de acordo com grupos de idade e a reunião se dividia em diversas partes que compreendia, além das aulas, um introito e um final que eram reservados para ouvir a leitura bíblica, cantar hinos e também apresentar relatórios sobre o movimento do dia com o total de presenças, ausências, visitas, aniversariantes da semana e total de ofertas (SOUZA, 1969).

A socióloga apontou também que as aulas, com duração de 30 minutos, tinham como material subsidiário uma publicação trimestral que era editada pela editora oficial da AD, a Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), chamada *Lições Bíblicas*. O impresso, de acordo com

aparecer nos periódicos da igreja artigos de sua autoria sobre o tema que anos depois o alçaria à condição de grande especialista das Assembleias de Deus: a Escola Dominical (ARAUJO, 2007, p. 789-790).

essa estudiosa, estava longe de ser adequado às crianças e aos adultos dada a “influência norte-americana, em textos traduzidos, por vezes, sem qualquer tentativa de adaptação ao ambiente brasileiro” (SOUZA, 1969, p. 44).

Na década de 1980, o também sociólogo Francisco Cartaxo Rolim, em busca de motivos que explicassem o rápido crescimento do movimento pentecostal, reportou-se à escola dominical como uma espécie de “condicionamento religioso de reprodução de crenças” (ROLIM, 1987, p. 44). As conclusões de Rolim foram diferentes daquelas a que havia chegado Beatriz Muniz de Souza na década de 1960, mormente no que diz respeito aos materiais didáticos produzidos pela igreja. O sociólogo destacou a forma hierarquizada de transmissão das mensagens nas escolas dominicais. De acordo com Rolim, antes do início das aulas, o pastor reunia-se com alunos para repassar o conteúdo determinado no material que continha os textos bíblicos e os comentários destinados aos ensinamentos. A tarefa do professor era seguir o que já vinha escrito “sem fazer comentários diferentes ou criticar os que foram feitos” (ROLIM, 1987, p. 44).

Na visão de Rolim, os impressos utilizados deixavam transparecer uma grande preocupação da liderança da Igreja com o público que iria lê-los, mormente, no controle da liberdade de interpretação das mensagens. No dizer do sociólogo:

A escolha dos textos e seus comentários é da incumbência de um grupo de pastores, designados pela Convenção. Deste modo, o poder maior (a Convenção) escolhe os que vão selecionar e comentar os textos. Vem em seguida, o grupo que seleciona e pensa os comentários. Finalmente, os que fazem chegar até os simples crentes (os assistentes) o que foi escolhido, o que foi por outros pensado e escrito. O ensino atravessa, assim, um canal hierarquizado de poder, sofrendo um direcionamento, uma direção que vem de cima para a base. Corta-se a liberdade de crítica e discordância (ROLIM, 1987, p. 45).

A década de 1980 é um momento histórico atravessado por importantes transformações sociais e políticas, como indica uma rica literatura (KINZO, 2001; KUCINSKI, 2001; MACIEL, 2004; MATHIAS, 1995; VIEIRA, 2000; RODRIGUES, 2003; VELASCO E CRUZ & MARTINS, 1983). Esse foi um período de grandes mudanças em nosso país, tempo de luta em prol das eleições diretas, em defesa dos direitos básicos dos cidadãos – ignorados durante a vigência do regime imposto pelo golpe de 64 – restabelecimento da democracia, criação de planos econômicos que buscavam minimizar a crise financeira que assolava o país, organização da chamada “Constituição Cidadã”, entre outros importantes eventos desse tumultuado decênio.

A AD mostrava-se verdadeiramente preocupada com a nova atmosfera democrática que paulatinamente ia se espalhando pelo Brasil, temerosa com a possibilidade de “libertinagem” e perda de espaço no novo modelo governamental da nação. O país vivia nesse momento, sob a ótica da igreja, um clima de instabilidade diante do novo contexto social e político que se desenhava no início dos anos oitenta. Foi o que claramente expressou em julho de 1980 o editorial do Jornal *Mensageiro da Paz* (órgão noticioso oficial da AD) ao comentar sobre os crescentes movimentos de contestação ao governo e o engajamento de grupos religiosos nas causas “revolucionárias”:

A Palavra de Deus ensina dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Isso significa que o Estado existe dentro da vontade de Deus e ao Estado todos nós devemos obediência enquanto ele não se opuser à nossa fé. A Bíblia ensina que devemos estar sujeitos às autoridades superiores “porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas”, e a orarmos por ela (...) a história, todavia, tem muitas e sábias lições a dar aos teólogos contemporâneos, engajados em movimentos revolucionários. É impossível furtar-se às funestas conseqüências de uma transformação social que não seja a operada pelo genuíno Evangelho de Cristo, poder de Deus e sabedoria de Deus. Fora desta sólida e infalível base, as revoluções fracassam, porque os homens que as fazem não são regenerados, não são novas criaturas (...) É fácil consertar o mundo quando primeiramente endireitamos o homem. A missão da Igreja é pregar Cristo a toda criatura, a tempo e fora de tempo; é colocar as mãos no arado e não olhar para trás (...) em uma palavra, transformar púlpitos em palanques políticos, ou substituir as Boas Novas de salvação por “slogans” revolucionários, é o mesmo que transformar bombeiros em incendiários. (*Mensageiro da Paz*. Ano L. N° 1119. Julho de 1980, p. 02).

A preocupação com o cenário de abertura política já existia desde os tempos do governo de Ernesto Geisel (1974-1979), que propôs um plano de abertura política “lento, gradual e seguro”. Nesse cenário, a Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) deu os primeiros passos na organização de um projeto de reformulação de seus periódicos com o objetivo de adequá-los às discussões que tomavam as ruas do país. No bojo dessas reformulações dispensou-se uma atenção especial à revista *Lições Bíblicas*, impresso que servia de subsídio às aulas da escola dominical, pois em uma conjuntura considerada de “instabilidade”, a escola dominical e a revista *Lições Bíblicas* tinham um papel estratégico na reafirmação dos princípios e na tentativa de manutenção da unidade teológico-doutrinária da Igreja.

Todavia, mais do que reformular a revista³, era preciso garantir que os leitores, especialmente os professores das escolas dominicais, fizessem um uso “correto” do material, de modo que, em suas aulas, a transmissão das mensagens não fosse prejudicada por interpretações de cunho pessoal. Assim, este artigo tem como proposta analisar as políticas editoriais colocadas em prática pela CPAD com o objetivo de refinar o controle dos sentidos atribuídos às mensagens da revista *Lições Bíblicas*. Para tanto, selecionamos dois dos principais veículos de propagação desses “protocolos de leitura”⁴ por meio do qual buscava-se homogeneizar o ensino nas escolas dominicais na primeira metade anos de 1980: o *Manual da escola bíblica dominical* e o jornal *Messageiro da Paz*

A NORMATIZAÇÃO DA LEITURA NAS ESCOLAS DOMINICAIS: O MANUAL DA ESCOLA BÍBLICA DOMINICAL E O JORNAL MENSAGEIRO DA PAZ

Ao que informa a matéria divulgada no jornal *Messageiro da Paz*, o Curso de Aperfeiçoamento de Professores da Escola Dominical (CAPED) nasceu a partir da constatação de que havia uma urgente necessidade de dar melhor preparo aos professores das escolas dominicais. Quanto aos seus objetivos, a matéria deixava transparecer que, longe do mero ensino teológico, o curso visava preparar aqueles que estavam diretamente ligados à organização da escola dominical, ou seja, sua intenção era reestruturar o seu modo de funcionamento:

[...] a finalidade do CAPED é prover de conhecimentos professores e iniciantes e a atualização de professores veteranos, bem como a orientação e diretrizes gerais para todos os que trabalham na Escola Dominical, ou seja, na sua administração, direção de classe, ou trabalhos atinentes à secretaria (*Messageiro da Paz*. Rio de Janeiro, Ano LIII. N° 10, outubro de 1974, p. 16).

Esse padrão de curso, que vinha sendo aperfeiçoado desde 1974 pelo pastor Antônio Gilberto, acentuou-se fortemente a partir de 1980 com a republicação da edição definitiva, revisada e aumentada do *Manual da escola dominical* com uma tiragem recorde de 10.000 exemplares. Conforme indicam as notícias publicadas no *Messageiro da Paz*, na década de oitenta, houve um grande esforço por parte da CPAD em disseminar o curso em várias regiões do

³ Sobre a reformulação da revista *Lições Bíblicas* na década de 1980, consultar: (FONSECA, 2015).

⁴ Segundo Roger Chartier (2009, p. 20): “o protocolo de leitura define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo em que esboça o seu leitor ideal. Deste último, autores e editores têm sempre uma clara representação: são as competências que supõem nele que guiam seu trabalho de escrita e de edição; são os pensamentos e as condutas que desejam nele que fundam seus esforços e efeitos de persuasão.”

país, chegando ao total de 27 grandes encontros entre 1980 e 1985 (*Mensageiro da Paz*. Rio de Janeiro, ano LV. N° 1174. Fevereiro de 1985, p. 05).

O conteúdo do *Manual* é uma fonte privilegiada para compreender as tentativas de controle sobre a leitura da revista *Lições Bíblicas*. Embora o uso desse tipo de fonte ainda seja bastante restrito nos trabalhos históricos, seu valor tem sido comprovado por alguns estudos como é o caso das pesquisas de Márcia Abreu (1999) e Cláudio Denipoti (2007). Abreu estudou as maneiras corretas de ler no Brasil Colonial a partir de tratados setecentistas que buscavam instruir os leitores sobre o modo apropriado de se ler as Belas Letras. Cláudio Denipoti pesquisou regimentos e estatutos elaborados por bibliotecas do Paraná e do Rio de Janeiro entre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, com o intuito de desvendar os universos representativos em torno do livro e das bibliotecas e também as representações civilizatórias e moralizantes dos que detinham o controle desses espaços de leitura. Outro autor que reconhece a importância dos manuais de leitura como fonte histórica é Robert Darnton (1992) que, ao citar o exemplo dos “manuais dos jesuítas” e dos “tratados de hermenêutica protestantes”, afirmou serem as fontes dessa natureza extremamente importantes para a história da leitura.

Mas qual a importância em se conhecer o espaço de leitura de um impresso e as normas de leitura que lhe eram imputadas? Duas instigantes indagações de Pierre Bourdieu mostram a desconfiança desse sociólogo frente a pesquisas que não se atêm ao lugar onde os textos são lidos: “Será que se pode ler um texto sem se interrogar sobre o que significa ler? Sem se perguntar sobre as condições sociais de possibilidade de leitura?” (BOURDIEU, 1990, p. 134). Robert Darnton não se afasta dessa perspectiva, considerando o espaço em que se efetua a leitura como um elemento primaz no estudo dos impressos: “o onde da leitura é mais importante do que se possa pensar, porque a contextualização do leitor em seu espaço pode fornecer indícios sobre a natureza de sua experiência” (DARNTON, 1995, p. 156).

As palavras desses pesquisadores nos remetem à escola dominical, como o “lugar social” onde a revista *Lições Bíblicas* deveria ser manuseada sob um rígido receituário de leitura, de prática de memorização, mediada pela voz do professor que, sem titubear, tinha por principal função transmitir com exatidão os ensinamentos constantes em sua revista específica de mestre.

Nesse sentido, o *Manual da escola dominical* mostra-se uma fonte capital para entendermos as tentativas de controle sobre a leitura dos textos da revista *Lições Bíblicas*, uma

vez que em suas páginas encontramos detalhadamente as normas que visavam organizar esse espaço de leitura e, com isso, controlar o fugidivo ato de leitura. A importância desse modelo de estudo para a história da leitura é descrita por Chartier nos seguintes termos:

Observar assim, as redes de práticas e as regras de leituras próprias as diversas comunidades de leitores (espirituais, intelectuais, profissionais, etc.) é uma primeira tarefa para se chegar a uma história da leitura preocupada em compreender nas suas diferenças a figura paradigmática desse leitor que é furtivo caçador (CHARTIER, 2004, p. 14).

O *Manual da escola dominical* foi dividido em cinco unidades que foram subdivididas em capítulos: 1) Bibliologia; 2) Teologia Sistemática; 3) Escola Dominical; 4) Pedagogia; e 5) Psicologia Educacional, sendo todas as unidades seguidas por um conjunto de questionários. A primeira unidade tinha por função apresentar aos participantes do CAPED uma série de informações sobre a Bíblia, como sua história, sua estruturação e maneiras de estudá-la. Na segunda unidade discorria-se sobre as principais doutrinas da Igreja à luz da Bíblia, com ênfase nas formas de doutrinas, diferenciação entre *costume* e *doutrina* e os perigos das *doutrinas falsas*, enquanto as unidades ulteriores destinavam-se, especificamente, ao ensino e à organização da escola dominical. Em benefício dos objetivos deste estudo, darei ênfase no terceiro e quarto tópicos, nos quais se encontram todas as informações pertinentes à normatização do espaço de leitura da revista *Lições Bíblicas*.

Antes, porém, não podemos deixar de mencionar o conteúdo de um pequeno texto impresso na última capa do *Manual* – local em que tradicionalmente os livros trazem pequenos resumos com o fito de informar e atrair o leitor. Longe de um resumo atrativo, o pequeno texto se reporta aos objetivos do CAPED em tom de advertência:

Não vamos sequer admitir a hipótese de alguém que esteja na liderança da Escola Dominical não seja idôneo para isso (...) pretende-se, portanto, que os obreiros sejam capazes. Se todavia, um obreiro foi chamado tendo capacidade incompleta, será de bom alvitre que procure aprimorar-se nos conhecimentos e na forma de expor o seu ensino aos demais e de bem conduzir os trabalhos da Escola Dominical. (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981. Capa).

Depois de apresentar, no primeiro capítulo da unidade, algumas notas históricas sobre a escola dominical, partindo do Velho Testamento até o mundo contemporâneo, o texto apresentou os objetivos da escola dominical que, de acordo com o *Manual*, eram três: “1) ganhar almas para Jesus; 2) desenvolver a espiritualidade dos alunos e o caráter de cristão; e 3) treinar o cristão para o serviço do Mestre”. Implicitamente, nesses objetivos continha-se um leque de

atuação que alcançava todos os membros da Igreja, desde os novos convertidos (iniciando-os nas práticas e costumes da Igreja) até os fiéis mais experientes (preparando-os para os serviços de evangelização e reforçando os usos e costumes assembleianos). Daí o porquê do lema da escola dominical apresentado pelo CAPED:

Cada aluno um crente salvo, cada salvo bem treinado, cada aluno treinado um obreiro ativo, diligente, dinâmico [assim] o tríplice objetivo da escola poderia ser resumido em três frases: aceitar Jesus, crescer em Jesus, servir a Jesus (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 121).

Para que tais objetivos fossem de fato concretizados, dois elementos eram centrais: ambiente de estudo propício ao ensino e professores devidamente preparados. A organização da escola dominical deveria ter forma tríplice: *pessoal, material e funcional*. A primeira envolveria os oficiais da Escola (a diretoria), os professores e os alunos. A segunda dizia respeito ao prédio, ao mobiliário e ao material didático. Por fim, a terceira se referia à organização funcional, onde tinha grande centralidade a figura do pastor, sempre atento ao que era ensinado, à eficiência do ensino e ao planejamento das atividades. Sobre o prédio, o *Manual* destacava: “a escola dominical deve funcionar em instalações apropriadas (...) tendo salas independentes [e mobiliário] apropriados aos fins, e, de conformidade com a idade dos alunos” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 126).

A escola dominical deveria ter também uma diretoria composta pelos seguintes agentes: superintendente, vice-superintendente (cargos geralmente destinados a pastores e presbíteros); 1º e 2º secretários, cuja responsabilidade era controlar as matrículas, o número de alunos, transferências de sala; um tesoureiro, responsável pelas ofertas alçadas, um bibliotecário, dirigente musical, porteiros e introdutores, estes dois últimos destinados a controlar a ordem e recepcionar os visitantes. À diretoria recomendava-se que realizasse no mínimo uma reunião por mês para tratar de assuntos inerentes ao andamento dos trabalhos. O *Manual* sugeria ainda que os alunos fossem divididos em salas, tendo por base a faixa etária, de modo que os mais diferentes assuntos fossem tratados sem constrangimentos e que os métodos de ensino inerentes às diferentes idades pudessem ser aplicados. Propunha-se a seguinte organização:

Até 3 anos de idade.....	Berçário
4-5 anos de idade.....	Jardim de infância
6-8 anos de idade.....	Primários
9-11 anos de idade.....	Juniores
12-14 anos de idade	Intermediários
15-17 anos de idade	Secundários

18-24 anos de idade..... Jovens
25 anos de idade Adultos
(MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 130).

Além de todos esses ditames, o *Manual* preocupava-se também em descrever detalhadamente a programação e os rituais que julgava ideal às Escolas Dominicais. Para a história da leitura, esse tipo de descrição é muito valioso porque permite que conheçamos as regras que buscavam normatizar a leitura da *Lições Bíblicas*.

A princípio é importante destacar que, no espaço de leitura da revista *Lições Bíblicas*, a pontualidade tinha de ser um elemento de primeira ordem. O *Manual* era categórico ao cobrar dos professores o firme cumprimento dos horários: “As reuniões (...) devem começar e terminar na hora prevista, senão toda a escola sofrerá (...) os estudos da lição devem ter sempre 50 minutos de duração, pelo normal de uma aula qualquer” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 136).

Na visão do professor Antônio Gilberto, o ideal era que as escolas dominicais fossem realizadas, prioritariamente, no período matutino. Com início dos trabalhos às 09h30min, dois hinos, previamente escolhidos, seriam entoados, ocupando o limite máximo de dez minutos. Às 09h40min, dar-se-ia início à leitura dos versículos bíblicos descritos na *Lições Bíblicas* dos jovens e adultos que, por ser uma parte devocional introdutória da reunião, tinha de ser acompanhada por todos os presentes.

Mas essa leitura não poderia ser aleatória. Uma regra tinha de ser observada para que todos participassem do importante ato de ler: o dirigente da escola dominical iniciaria a leitura do primeiro versículo, sendo precedido pela leitura coletiva do segundo e, seguindo essa ordem, todos os versículos seriam contemplados. Com isso, alternadamente, todos liam e escutavam as passagens bíblicas inerentes à lição que seria estudada naquele domingo e mesmo os que não possuíam o domínio da leitura, tinham a oportunidade de declamar e também ouvir os excertos bíblicos transcritos na revista.

Após a leitura da Lição, às 09h50min, os alunos iriam para suas respectivas salas onde o tema do dia seria apresentado pelo professor. Às 10h35min era dado o primeiro sinal para o encerramento do estudo da Lição, seguido por um segundo sinal às 10h45m. Encerradas as aulas, imediatamente todas as classes seriam conduzidas ao templo onde às 10h50m, ocorreria a fase final de encerramento da reunião. Esse era um momento muito importante, pois tudo o que havia

vido ensinado em sala haveria de ser recapitulado por meio da leitura em voz alta do tema da lição e também de um item específico da revista *Lições Bíblicas* denominado *texto áureo*. Nesse ponto, o *Manual* era enfático em afirmar a importância da “recitação do assunto da Lição e texto áureo, por classes ou departamentos” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 137).

Às 11h00min, um relatório seria lido pelo secretário da escola, informando aos alunos, com base no cadastro de matrícula, o total de presentes e ausentes e também o valor arrecadado pelas ofertas, bem como o número de bíblias e revistas *Lições Bíblicas*. Essa leitura não poderia ocupar mais do que cinco minutos, uma vez que às 11h05min, seriam destinados novamente alguns minutos para a execução de um cântico. Para arrematar as atividades, o pastor, investido de sua autoridade perante a Igreja, ou em casos extremos, o superintendente, ou mesmo um irmão convidado por um dos dois, ocuparia os mais de vinte minutos restantes para realizar “um resumo da Lição” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 137).

Essas informações revelam um espaço bastante singular de leitura, uma vez que dentro desse metódico cronograma da escola dominical, cada lição da revista *Lições Bíblicas* não era apenas lida pelos alunos. Eles também a escutavam pela voz do professor que, de posse de uma revista especialmente preparada para tal fim, não apenas lia a lição do dia como também explicava detalhadamente aos discentes qual era a mensagem central daquele texto. Logo, reunidos no templo, com a intenção de fixar o que fora estudado, em uníssono os alunos repetiam em voz alta pequenos textos contidos na *Lições Bíblicas* cujo teor sintetizava a mensagem central da lição.

Mas como se todos os recursos mnemônicos ainda não fossem suficientes, ao final da reunião, a afiançada voz do pastor, ou representante devidamente autorizado, reforçava o teor da mensagem em um folgado espaço de tempo que correspondia a mais de um terço dos cinquenta minutos que os alunos ficavam em sala.

Roger Chartier considera extremamente importante distinguir nos estudos históricos os textos produzidos para atingir um leitor solitário – que os leria em silêncio – daqueles destinados à leitura em grupo e em voz alta, com clara intenção de produzir efeitos específicos no leitor. Tal distinção se faz necessária porque, diferentemente dos textos produzidos para serem lidos de maneira silenciosa e sem a participação de outras pessoas, os escritos dedicados a grupos específicos carregam também leis específicas de leituras:

[...] compostos para serem declamados ou para serem lidos em voz alta e compartilhados por um público ouvinte, investidos com uma função ritual, tidos como máquinas designadas a produzir certos efeitos, eles obedecem às leis próprias, à transmissão oral e comunitária (CHARTIER, 1999, p. 21).

Seguindo as afirmações de Chartier, pode-se afirmar que a *Lições Bíblicas* no conjunto de impressos da AD era muito importante, pois somente por meio dela a liderança da Igreja poderia tentar exercer um controle sobre a leitura dos fiéis e “corrigir” todas as possíveis “distorções” e dúvidas produzidas pelo contato com qualquer tipo de informação que depusesse contra os preceitos assembleianos. Historicamente obcecados pela manutenção da unidade e identidade da Igreja e, em tempos de pressões sociais como na década de 1980, qual não era a sensação de sossego dos líderes nacionais ao saberem que nas manhãs de domingo milhares de fiéis estavam ouvindo, lendo e repetindo em voz alta as “verdadeiras” mensagens e doutrinas pentecostais.

Todavia, a efetividade de todas as medidas de domínio sobre o leitor estava em parte condicionada à interpretação que o professor daria às mensagens da revista. Na sala de aula, a voz do professor equivalia à voz do pastor. Em suas mãos estava a revista do mestre que lhe investia de uma grande autoridade, por isso, qualquer “desvio” da mensagem poria abaixo a articulada pirâmide de controle do saber.

Côncio desse perigo, Antônio Gilberto reservou várias páginas de seu *Manual* aos professores da escola dominical, onde se encontravam recomendações para escolha dos professores, os compromissos inerentes ao cargo e um minucioso esquema contendo normas que deveriam guiar o professor quando ele fosse preparar a lição e apresentá-la aos alunos. Os dados são riquíssimos, indo desde a maneira correta de o docente ler a revista do mestre e preparar os tópicos para a apresentação de sua aula até um detalhado cronograma onde se determinava, inclusive, quanto tempo o professor gastaria em cada tópico da revista *Lições Bíblicas*.

O *Manual* inicialmente recomendava ao professor que atentasse “solenemente” a quatro versículos bíblicos. O primeiro versículo, situado no quarto capítulo de Mateus, lembrava ao professor que ele tinha de esquecer suas convicções próprias e se colocar sob o comando da palavra de Cristo: “E disse-lhes: Vinde após mim, e eu vos farei pescadores de homens. Mateus 4, v. 19”. A segunda indicação reforçava a importância do ensino, principalmente, para a preservação das doutrinas: “Dá instrução ao sábio, e ele se fará mais sábio; ensina o justo e ele aumentará em doutrina. Provérbios 9, v. 9.” O terceiro versículo advertia o professor sobre sua responsabilidade

em entregar a “verdadeira” mensagem, sem hesitar, agradasse ela ou não aos ouvintes: “Porque melhor é que padeçais fazendo bem (se a vontade de Deus assim o quer), do que fazendo mal. 1 Pedro 3, v. 15”. Por último, indicava-se uma passagem bíblica que segundo o *Manual* deveria ser “o versículo predileto do professor da escola dominical: “Procura apresentar-te a Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade. 2 Timóteo 2, v. 15” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 129).

Do pastor da Igreja cobrava-se muito critério na escolha dos professores, sem nunca esquecer que ele era “o obreiro de maior responsabilidade e privilégio na Escola Dominical” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 129). Considerando que seu cargo dava-lhe o poder de transmitir a palavra de Deus o *Manual* destacou seis pontos imprescindíveis para o ingresso de qualquer membro no corpo docente da escola dominical:

1. Ser crente salvo; 2) Ser membro da Igreja; 3) Ter bom testemunho; 4) Querer servir ao Senhor; 5) Ser aplicado ao estudo da Palavra de Deus, sua história, suas doutrinas e assuntos necessários ao bom desempenho de sua missão de professor da Escola Dominical; 6) É de toda importância que seja batizado com o Espírito Santo e cultive a vida de plenitude no Espírito (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 129).

O pastor deveria também estar atento ao que estava sendo ensinado pelos professores a fim de assegurar ao aluno uma mensagem “livre de extremismo, modernismo, fanatismo, doutrinas falsas, etc.”, sendo, por isso, necessário que os professores fossem “idôneos, espirituais, treinados, cheios do Espírito Santo e zelo pela obra de Deus”. Mas havia um adendo: “não confundir idôneo com idoso”⁵ (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 127).

Destacados os critérios de escolha, o *Manual* passava à instrução do professor. De antemão, destacava-se que o propósito do ensino na escola dominical era conquistar novos fiéis, desenvolver a espiritualidade dos alunos e treiná-los para os serviços da Igreja. Para tanto, o professor deveria ter preparo espiritual, intelectual (cultura geral), social (apresentação pessoal) e físico (estado saudável). Aliado a esses pontos tinham de estar a fidelidade, a paciência, o amor, a dedicação e a pontualidade. Esse último quesito era reforçado mediante duras palavras:

⁵ Uma inédita estatística da escolaridade dos professores que participaram do CAPED realizado em 11 de abril de 1976 na cidade de Brasília mostra que a escolaridade era também um ponto muito importante na escolha dos docentes. De um total de 576 participantes, 32 possuíam curso superior, 122 o 2º Grau, 418 o 1º grau e apenas 4 não haviam concluído o primário. Caped – DF: acontecimento histórico e cheio de bênçãos (*Mensageiro da Paz*. Rio de Janeiro, Ano 46. N° 06 de 1976, p. 09).

“pontualidade é chegar na hora, começar na hora, terminar na hora. Jesus andava sempre na hora (...) quem não pode ser fiel nesta parte é melhor dar o lugar para outro que possa ser” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 143).

Quatro grandes responsabilidades foram apresentadas como essências aos professores: 1) responsabilidade para com Deus; 2) para com a Igreja (orientando cada aluno a ser um abnegado colaborador em tudo – tempo, talentos, finanças); 3) para com a escola dominical (conhecendo a organização e funcionamento da Escola); 4) para com a classe (visitar os alunos, orar pelos alunos individualmente, procurar a conversão e edificação espiritual de cada aluno) (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 144).

Mas nada era mais importante do que o dever que tinha o professor de preparar de modo satisfatório cada lição que compunha a revista *Lições Bíblicas* e esse assunto era tratado de maneira pormenorizada pelo *Manual*, já que qualquer outra leitura na organização da aula, diferente da desejada pelos editores, poderia comprometer a preciosa unidade de ensino.

O preparo da lição compunha a pauta de atividades semanais do professor, por isso deveria ser afastada qualquer metodologia que desprezasse o estudo da revista durante a semana. Além da revista do mestre, recomendava-se para o preparo das aulas o uso da Bíblia e livros de consulta e referências. Evidentemente, uma indicação tão aberta como esta última não estaria desacompanhada de uma estrita indicação do que tinha de ser entendido por “livros de consulta e referência”. Para o *Manual*, esses livros eram dicionários bíblicos, livros de concordâncias e comentários bíblicos e mesmo escolhendo a bibliografia correta ainda havia uma advertência ao professor: “cuidado para não tornar-se um simples eco ou reflexo dos livros” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 165).

Antônio Gilberto acreditava que uma boa aula só seria possível se o docente, ao ler sua revista e preparar sua aula, tivesse em mente três questões: “1) Que desejo que meus alunos aprendam? 2) Que desejo que meus alunos sintam? 3) Que desejo que meus alunos façam?” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 166). A primeira questão envolvia todo “plano objetivo da lição”, por isso tinha de atingir a mente do aluno por meio do trabalho com dados históricos, geográficos, bíblicos. Já a segunda estava ligada à parte afetiva do aluno, chamada por Gilberto de “plano subjetivo da lição”, ou seja, todas as formas possíveis de se utilizar a emoção dos discentes para fazê-los absorver a mensagem da revista. A terceira questão seria guiada pela

conexão entre o plano “objetivo” e o “subjetivo” da lição na qual o aluno seria instado a ligar o que acabara de aprender à sua prática cotidiana.

O *Manual* destacava também as etapas que eram essenciais na leitura e na preparação da lição. Tudo haveria de ser iniciado pelos estudos pessoais do professor por meio da revista LB. Secundariamente, poder-se-ia consultar outras fontes, mas alertava-se: “veja que fontes tem!!! Não se trata de ter muitos livros, mas tê-los bons” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 166). Com os materiais em mão, era hora de montar o esboço da lição que, na visão do autor do *Manual*, não poderia deixar de apresentar unidade e coerência e ter no máximo quatro pontos ou subtópicos: “quanto mais bem detalhado e completo é chamado de Plano de Aula”, advertiu o autor (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 166).

No plano também constaria o material de ensino a ser adotado pelo professor em sala. Seria imprescindível, entre esse material, um questionário com no mínimo cinco e no máximo dez perguntas, tarefas orais, ou escritas e atividades de pesquisa ou ainda exercícios que cobrassem dos alunos “mini-preleções” sobre algum ponto abordado pela revista ou mesmo de um versículo bíblico. O *Manual* insistia em reforçar ao professor a necessidade de estudo diário das lições: “Quanto tempo você gasta no preparo da lição? (...) o preparo da lição deve começar na segunda-feira e prosseguir diariamente a semana inteira. O preparo de uma aula de 50 minutos não pode ser coisa de fim de semana!” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 166).

Não só com a leitura e preparação da lição estava preocupado o autor do *Manual*. Era importante instruir o professor também em sua conduta em sala para que no processo de transmissão do saber não ocorresse nenhuma interpretação heterodoxa da mensagem central que havia sido preparada pelo *Departamento de Escola Dominical* da CPAD. Por isso, foi dedicado um tópico no *Manual da escola dominical* para tratar especificamente desse assunto. Como fonte histórica, o relato é muito generoso, revelando passo a passo como deveriam ser conduzidas as aulas de milhares de escolas dominicais espalhadas pelo Brasil e, por conseguinte, como deveriam ser apresentadas pelos professores as lições que compunham a revista *Lições Bíblicas*.

Primeira recomendação ao professor: “chegue cedo! Pelo menos cinco minutos antes da hora de começar a reunião da Escola Dominical” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 166). Antes de iniciar a lição, o professor cederia espaço para o secretário arrumar a sala de aula, registrar o número de presentes, saudar os visitantes, cumprimentar os aniversariantes e

matricular novos alunos. Feito isso, o docente daria início à aula, baseando-se num cronograma de cinquenta minutos.

O tópico “introdução” presente na revista *Lições Bíblicas* não poderia ocupar mais do que três minutos entre a leitura e explanação e, nesse pequeno espaço de tempo, deveria ainda ser incluída uma oração inicial feita pelo professor ou por um aluno e a saudação de boas-vindas aos presentes. Sobre a importância desse preâmbulo, o *Manual* lembrava: “é o ponto de contato com a classe. O fato utilizado para introdução deve ser bem apropriado.” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 167). Esse era o momento em que o docente tinha de “prender a atenção do aluno” e “introduzir o assunto da lição, e, seu relacionamento com as demais Lições da série em estudo” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 167).

Realizado esse conjunto de tarefas, passava-se à explanação do texto da lição. Em trinta minutos, o professor discorria, seguindo as diretrizes da revista do mestre e o plano de aula preparado durante a semana, sobre o assunto proposto, sempre tendo em mente o horário e o compromisso de não omitir nada do que fora proposto pela revista. Ao se esgotar o tempo de explanação, o professor passava à “verificação da Lição” com duração máxima de cinco minutos. Esse era um momento especial da aula, ao que informa o *Manual*, pois realizava-se a “recapitulação dos pontos e verdades básicas da lição, seguido de perguntas e respostas” (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 167).

Tão importantes quanto os cinco minutos reservados à verificação da lição, eram os sete minutos destinados à “aplicação da lição”. Nesse pequeno espaço de tempo, o professor, seguindo os recursos dispostos na revista do mestre para esse fim, deveria contextualizar a mensagem à realidade do aluno, fazê-lo entender o sentido prático da lição que foi estudada, isto é, como a mensagem tratada naquele domingo tinha de ser aplicada em seu dia a dia. Para Antônio Gilberto, esses minutos interferiam diretamente no resultado final da aula:

O conhecimento pessoal adquirido pelo aluno não terá valor nenhum em si, se não for aplicado. Seu valor vem de sua utilidade imediata ou remota, quando aplicada pela pessoa que o tem (...) a aplicação da Lição corresponde, digamos, ao apelo na pregação (MANUAL da Escola Bíblica Dominical, 1981, p. 167).

Do cômputo geral restariam cinco minutos que deveriam ser usados para sanar as dúvidas finais e entregar avisos, tarefas e atividades diversas. Percebe-se pelo que foi descrito que, ao tentar exercer um controle sobre o tempo, o *Departamento de Escola Dominical* queria

evitar que os professores tratassem de temas que não estavam previstos na revista *Lições Bíblicas*. Ao seguir o modelo indicado pelo *Manual*, o professor não disporia de tempo para alongar debates suscitados pelos alunos e nem ele mesmo poderia perder-se em exemplos ou assuntos não previstos pela *Lições Bíblicas*.

No entanto, mesmo dispondo de um curso com tamanho sucesso como o CAPED e de um livro com vendagem recorde como o *Manual da escola dominical*, os editores da *Lições Bíblicas* não se achavam suficientemente satisfeitos. Era preciso reforçar esses ensinamentos continuamente e alcançar àqueles que ainda não haviam se rendido às contumazes propagandas e campanhas da Igreja em prol do CAPED e nesse mister o jornal *Mensageiro da Paz*, por ser um periódico de grande circulação e o órgão oficial da AD, foi central. Reativou-se, assim, a coluna “Escola Dominical” no referido jornal conforme noticiou a revista *Lições Bíblicas* do segundo semestre de 1984:

Em cada número de “O Mensageiro da Paz” é publicado um artigo sobre a educação religiosa através da Escola Dominical. Insistimos que todos os que freqüentam e trabalham na Escola Dominical, que leiam essa matéria, com subsídios valiosos para professores e alunos (*Lições Bíblicas*. 2º trim. de 1984).

Na coluna foram publicadas matérias dedicadas às práticas pedagógicas como a que defendia um modelo de ensino que respeitasse as especificidades de seus alunos (*Mensageiro da Paz*. Ano LIII. N° 1156, agosto de 1984, p. 18). Em outra matéria, propunha-se que os docentes utilizassem o maior número de recursos educacionais possíveis para despertar em seus alunos a vontade de conhecer o assunto da lição: “o professor eficiente é aquele que lança mão do material disponível e utiliza as atividades possíveis de modo a alcançar os objetivos a que se propõe” (*Mensageiro da Paz*. Ano LIV. N° 1161, janeiro de 1984, p. 18).

Outro método aconselhado foi o de perguntas e respostas, eficaz, segundo outra matéria, por permitir que pontos importantes da lição fossem ressaltados por meio de questionamentos. A participação do aluno nas aulas também foi apresentada como um interessante método de ensino, já que ao participar, o aluno fixava o aprendizado e fugia da condição de ouvinte (*Mensageiro da Paz*. Ano LIV. N° 1164, abril de 1984, p. 22).

Outro artigo lembrava, no entanto, que as perguntas e debates deveriam ser dosados e sem delongas (*Mensageiro da Paz*. Ano LIV. N° 1166, julho de 1984, p. 18) para não atrapalhar a

execução do “método de preleção”, que permitia a exposição de um grande volume de conteúdos em poucos minutos (*Mensageiro da Paz*. Ano LIV. N° 1168, agosto de 1984, p. 18). Já no texto *Como ensinar com êxito* foram destacados os três principais elementos que redundariam em um bom ensino: “saiba o que ensinar, ensine objetivamente, busque resultados” (*Mensageiro da Paz*. Ano LVII. N° 1198, fevereiro de 1987, p. 22).

No jornal *Mensageiro da Paz* também foram publicados estudos que reforçavam as responsabilidades dos professores da escola dominical. No artigo *Professor, seja um obreiro aprovado* uma série de cobranças foram feitas aos docentes, exigências que iam desde o conhecimento das *Sagradas Escrituras* até um maior cuidado na aplicação das regras da língua portuguesa:

o fato do professor não possuir um bom nível de escolaridade, não deve se constituir em desculpa para abandonar ao descuido (...) ele deve de alguma forma compensar o tempo perdido, lendo bons livros, jornais e revistas, pois em geral o hábito de leitura gera maior habilidade e segurança no falar (*Mensageiro da Paz*. Ano LVI. N° 1194, outubro de 1986. p. 22).

Com o mesmo tom de cobrança, a matéria *As responsabilidades do professor* (*Mensageiro da Paz*. Ano LVIII. N° 1224, dezembro de 1988, p. 22.), reforçava o dever dos docentes em ensinar as mensagens bíblicas aos alunos sem acrescentar conteúdos além daqueles propostos, enquanto que em *Sendo um professor melhor*, destacava-se que o professor deveria ter uma conduta exemplar e estar atento às “fraquezas” dos alunos como “conselheiro e amigo” (*Mensageiro da Paz*. Ano LVIII. N° 1218, julho de 1988, p. 22).

Outras matérias retomavam uma antiga preocupação dos editores da *Lições Bíblicas*: a omissão por parte dos professores do conteúdo proposto pela revista. Esse era, de fato, o mais temível de todos os desvios, por isso, ao tratar desse assunto, mesmo em um impresso que não era destinado exclusivamente aos professores da escola dominical, os colunistas do jornal *Mensageiro da Paz* eram contundentes nas críticas. O texto *Professor, atenha-se à lição*, afirmava que os professores, muitas vezes, fugiam do tema recomendado pela revista por falta de preparo e lembrava que os docentes tinham de preparar suas aulas com foco exclusivo na revista durante toda a semana. E ia além:

Talvez pergunta o professor da Escola Dominical: “por que ater-me à revista quando tenho outras fontes da qual posso extrair ensinamentos para minha classe?”. Você deverá ater-se à sua revista da Escola Dominical por várias razões, dentre as quais destacam-se as seguintes: 1ª). Uma vez que a revista aborda um

assunto ao longo do trimestre, assunto dividido em temas, no caso os títulos das lições dominicais, deixar de lado um desses temas poderá prejudicar o aproveitamento dos seus alunos ao longo do trimestre. 2ª). O estudo seqüenciado dum assunto uniformiza (sic) o que julgamos interessante aos nossos alunos. Interromper esse assunto, substituindo-o por outro assunto de preferência do professor, dará lugar a que os alunos questionem o comportamento do professor. 3ª). As experiências pessoais não nos foram dadas viver e pregar como se elas fossem doutrina e mandamentos (...) quando contamos nossa experiência à nossa classe da Escola Dominical, o que parece é que estamos estabelecendo padrões de conduta de Deus, ou nossa para serem seguidos pelos ouvintes. Isto significa afastar o povo de seguir a Deus, levando-o a seguir-nos naquilo que julgamos correto. 4ª). Seguir a orientação didática oferecida na revista da Escola Dominical, propiciará meios de seus alunos lhe ajudarem na condução da aula, baseado numa lição que eles também estudaram durante a semana que findou (*Mensageiro da Paz*. Ano LVI. N° 1168, abril de 1986, p. 04).

Reproduzindo o temor expresso nas páginas do *Manual da Escola Bíblica Dominical*, os textos publicados no *Mensageiro da Paz* reforçavam a importância de o professor ser estrito na observância das mensagens da revista, sem se deixar levar por exemplos e experiências pessoais nem mesmo desconsiderar a revista *Lições Bíblicas* em favor de outras fontes de consulta. Nesse caso, como órgão oficial da AD no Brasil, o jornal *Mensageiro da Paz*, por meio da sua coluna específica sobre a *Escola Bíblica Dominical*, serviu como aporte ao *Curso de aperfeiçoamento de professores da escola dominical* (CAPED), que era oferecido em diversas regiões do Brasil, já que nem todos os professores espalhados pelo país poderiam participar desse curso de “aperfeiçoamento”.

A questão central era, de uma forma ou de outra, fazer chegar até os professores as regras que os editores da revista *Lições Bíblicas* acreditavam ser essenciais para não pôr abaixo todo o edifício hierárquico do ensino, o que deixa ver que o ato da leitura, por si só, não era considerado pela *Intelligentsia* assembleiana uma garantia da absorção dos sentidos que deveriam ser atribuídos aos textos. Ao contrário, a leitura apresentava-se um ponto de tensão que muito perturbava os responsáveis pela produção dos materiais impressos da igreja: ela era, a um só tempo, um canal essencial na formação do fiel e uma ação eivada de subjetividades que poderiam transformá-la num escoadouro das normativas e doutrinas que deveriam ser plenamente cumpridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização dos CAPEDs e as constantes matérias publicadas no *Mensageiro da Paz*, os editores da *Lições Bíblicas* buscavam exercer um completo controle sobre a leitura da revista utilizada nas Escolas Dominicais em uma constante formulação de normas que fossem capazes de cercear qualquer forma de interpretação que se distanciasse da oficial. Todo o esforço dos editores estava em governar os sentidos que seriam atribuídos aos textos, em refinar os “protocolos de leitura” da *Lições Bíblicas* em um momento em que a AD necessitava demarcar seu posicionamento em face das grandes transformações que se processavam na sociedade brasileira na década de 1980.

É certo, porém, que esse conjunto de normas, tão detalhadamente apresentado por meio do CAPED, juntamente com o seu *Manual*, e também pelo jornal *Mensageiro da Paz*, em nada garantia o controle efetivo do que era lido nas páginas da revista *Lições Bíblicas*. Como mostrou Michel de Certeau (1994, p. 265) a leitura é um exercício de errâncias e inventividades que jogam com as expectativas, as astúcias e as normatividades das obras lidas. Contra a passividade que tradicionalmente foi atribuída à figura do leitor, Roger Chartier lembra que a leitura é uma atividade que permite a reapropriação, o desvio, a desconfiança, a resistência. Sendo um espaço aberto a leituras múltiplas, os textos, na visão de Chartier, não podem “ser apreendidos nem como objetos, cuja distribuição bastaria determinar, nem como entidades, cuja significação seria universal. Devem ser relacionados à rede contraditória das utilizações que os constituíram historicamente” (CHARTIER, 2002, p. 53).

Confrontar os dispositivos de controle e as liberdades individuais no ato de ler tem sido o grande desafio da história da leitura nas últimas décadas, dada a dificuldade de fontes que permitem captar as apropriações inventivas de leitores de revistas jornais, manuais, em diferentes momentos históricos. Nos limites deste artigo não foi possível avançarmos sobre a recepção dessas normas de leitura propagadas pelo CAPED e pelo jornal *Mensageiro da Paz*, mas esperamos que este texto possa vir a incentivar outros estudos que tenham como foco principal as diferentes apropriações das mensagens veiculadas na revista *Lições Bíblicas* Brasil afora.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil Colonial. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999. p. 213-233.

- ALDRICH, Richard & GORDON Peter. *Dictionary of British Educationists*. London: Woburn, 1989.
- ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Leitura, leitores, letrados, literatura In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 4ª ed., tradução de Epharain Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Forense Universitária, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Mari Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999. p. 19-31.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 4º Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.
- COSTA, Hermisten Maia Pereira da. O Protestantismo e a Palavra Impressa: Ensaio Introdutório. *Ciências da religião* (Mackenzie. Online), v. 06, p. 123-145, 2008. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Editora/Ciencias_Religiao/Artigo5-6.2.pdf . Acesso: 18/05/2009.
- DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, Editora da UNESP, 1992, 2ª. ed., p.199-236.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Tradução de Denise Botmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- DENIPOTI, Cláudio. Decência imperial, silêncio republicano normas e gestualidades da leitura em regimentos e estatutos de bibliotecas (1821-1918). *Varia história*. vol. 23, nº 38: p. 597-614, Jul/Dez, 2007.
- FONSECA, André Dioneu. Os Protocolos de Leitura na Imprensa Pentecostal: o plano de reestruturação da revista Lições Bíblicas no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1985). In: FONSECA, André Dioneu; MARIN, Jérri Roberto. (Org.). *Olhares sobre a Assembleia de Deus*. 1ed. Campo Grande, MS: EDUFMS, 2015, v. 1, p. 99-129.

HAHN, Carl Joseph. *História do culto protestante no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1989.

KINZO, Maria D'alva Gil. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. *O Fim da Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

KURIAN, George Thomas & LAMPORT, Mark A. *Encyclopedia of Christian Education*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield. Vol. 3, 2015.

LÈONARD, Émile-Guillaume. *O iluminismo num protestantismo de constituição recente*. Tradução de Prócoro Velasques Filho e Lóide Barbosa Velasques. São Bernardo do Campo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1988.

Lições Bíblicas. 2º trim. de 1984. Rio de Janeiro: CPAD, 1984.

MACIEL, David. *Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974 – 1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

Manual da escola bíblica dominical. Um curso de treinamento para professores iniciantes e atualização de professores veteranos da Escola Dominical. [Antonio Gilberto da Silva]. Rio de Janeiro: CPAD, 1981.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus, 1995.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.

Mensagem da Paz. Ano L. N° 1119. Julho de 1980.

Mensagem da Paz. Rio de Janeiro, Ano 46. N° 06 de 1976.

Mensagem da Paz. Rio de Janeiro, Ano LIII. N° 10, outubro de 1974.

Mensagem da Paz. Rio de Janeiro, Ano LIII. N° 1156, agosto de 1984.

Mensagem da Paz. Rio de Janeiro, Ano LIV. N° 1161, janeiro de 1984.

Mensagem da Paz. Rio de Janeiro, Ano LIV. N° 1164, abril de 1984.

Mensagem da Paz. Rio de Janeiro, Ano LIV. N° 1166, julho de 1984.

Mensagem da Paz. Rio de Janeiro, Ano LIV. N° 1168, agosto de 1984.

Mensagem da Paz. Rio de Janeiro, ano LV. N° 1174. Fevereiro de 1985.

Mensageiro da Paz. Rio de Janeiro, Ano LVI. N° 1168, abril de 1986.

Mensageiro da Paz. Rio de Janeiro, Ano LVI. N° 1194, outubro de 1986.

Mensageiro da Paz. Rio de Janeiro, Ano LVII. N° 1198, fevereiro de 1987.

Mensageiro da Paz. Rio de Janeiro, Ano LVIII. N° 1218, julho de 1988.

Mensageiro da Paz. Rio de Janeiro, Ano LVIII. N° 1224, dezembro de 1988.

RIVERA, Dario Paulo Barrera. A Reinvenção de uma tradição no protestantismo brasileiro: a Igreja Evangélica Brasileira entre a Bíblia e a Palavra de Deus. *Revista USP*, São Paulo, v. 67, p. 78-99, 2005.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo Editora: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *O Que é Pentecostalismo?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SOUZA, Beatriz Muniz de. *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1969.

STRECK, Danilo R. *Correntes pedagógicas: Aproximações com a Teologia*. Petrópolis/Curitiba: Vozes/Celadec. 1994.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos; MARTINS, Carlos Estavam. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da Abertura. In: SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia. (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe militar à redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. A grande transação. 2ª edição. São Paulo: SENAC, 2000. p. 185-217.



Submissão: 03 de agosto de 2016
Avaliações concluídas: 05 de agosto de 2016
Aprovação: 03 de março de 2017

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

FONSECA, Adré Dioneu. Ler Para Crer: as Tentativas de Normatização da Leitura nas Escolas Dominicais da Igreja Assembleia de Deus (Década de 1980). *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 17, N. 01, p. 270-293 de 415, jan./jun., 2017. Disponível em:

<<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >